

## 5 Conclusões

Durante muito tempo populações excluídas da sociedade formal foram forçadas a buscar moradia em locais inadequados, principalmente em áreas desvalorizadas, num fenômeno mundial que também se reproduziu no Brasil. De um modo geral essas populações se dirigiram para as periferias das cidades brasileiras, mas no caso específico da geografia da cidade do Rio de Janeiro estas se concentraram principalmente nos morros cariocas. Algumas dessas comunidades cresceram no entorno do Parque Nacional da Tijuca, com impacto ao patrimônio ambiental da cidade, como as 8 favelas analisadas neste estudo: Borel, Cerro Corá, Complexo do Turano, Mata Machado, Vila Parque da Cidade, Rocinha, Salgueiro e Santa Marta.

O objetivo principal desta dissertação foi o estudo da variação de áreas e das classes de cobertura nestas oito favelas entre os anos de 1999 e 2009, através de métodos de interpretação visual de imagens associados à conversão de mapas no formato vetorial para o formato matricial, a fim de possibilitar a comparação entre variações de classes de cobertura (área edificada, vegetação, campo, solo exposto, sombra).

A análise dos resultados foi de fundamental importância para se verificar as tendências de expansão das novas áreas edificadas e se a mesma estaria ocorrendo em locais não permitidos pela legislação ou classificados de alta suscetibilidade a escorregamentos de terra.

Dentre os fatores que contribuem para majorar os níveis de suscetibilidade podem ser citados a localização da área acima da cota 100m, o decréscimo da cobertura vegetal pela construção de novas edificações, entre outros, mas o mais importante é sem dúvida a declividade da encosta, visto que muitas das áreas ocupadas irregularmente nestas favelas estão situadas em terrenos com declividade superior a 45°.

Porém foi também possível observar os bons resultados da política de reflorestamento, constatadas nas variações positivas de área de cobertura vegetal em várias das favelas analisadas, através do programa Mutirão Reflorestamento da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, iniciado em 1987.

Assim que destacando esta excelente iniciativa do poder público, infelizmente este se mostra despreparado ou ausente na fiscalização da ocupação irregular de áreas não edificáveis, na atualização das leis vigentes para coibir o início ou expansão das favelas numa cidade cuja paisagem é considerada patrimônio cultural da humanidade, bem como a ausência de políticas públicas concretas e eficazes para atender as demandas habitacionais das classes populares.

Deste trabalho fica claro também a necessidade de investimentos em novas metodologias de monitoramento, que inclusive contemplem o acompanhamento da verticalização das favelas, permitindo, desde que haja vontade política, uma fiscalização em tempo real e a tomada de medidas imediatas visando o reordenamento urbano não somente de favelas, mas de todo o município do Rio de Janeiro.